



Desafio de Saúde Mental em Mulheres que atuam em Contextos Militares


Mental Health Challenges Faced by Women in Professional Military Contexts


 DOI: 10.55892/jrg.v6i13.860

 ARK: 57118/JRG.v6i13.860

Recebido: 26/09/2023 | Aceito: 04/12/2023 | Publicado: 07/12/2023

Danielle Elza dos Santos¹


 <https://orcid.org/0009-0009-1643-7921>


 <https://lattes.cnpq.br/3680816662456380>

Centro Universitário Mário Pontes Jucá, AL, Brasil

E-mail: danielieza1234@gmail.com

Jeniffer Silva dos Santos²


 <https://orcid.org/0009-0008-4961-2610>


 <http://lattes.cnpq.br/0431839952389651>

Centro Universitário Mário Pontes Jucá, AL, Brasil

E-mail: jeniffers168@gmail.com

Jayran de Souza Almeida³

 <https://orcid.org/0009-0000-3902-4307>

 <http://lattes.cnpq.br/3687501812821882>

Centro Universitário Mário Pontes Jucá, AL, Brasil

E-mail: jayran.almeida@gmail.com



Resumo

Este estudo examina como se dá a saúde mental das mulheres que ocupam contextos militares profissionalmente. Com o aumento da representação feminina nesses contextos, é crucial compreender como a experiência militar pode afetar a saúde mental das mulheres de maneira distinta em relação aos homens. O objetivo principal deste trabalho é proporcionar uma compreensão abrangente dos desafios relacionados à saúde mental das mulheres que ocupam contextos militares profissionalmente, destacando a necessidade de abordagens centradas no gênero e programas de suporte psicológico específicos para essas mulheres. A metodologia utilizada envolveu uma pesquisa bibliográfica, com acesso a uma variedade de fontes, incluindo livros, artigos acadêmicos e outras publicações relacionadas à maternidade, mulheres em contextos militares e questões de gênero. Foram utilizadas palavras-chave relevantes e a pesquisa foi conduzida em bancos de dados acadêmicos, como Scielo, Google Acadêmico e PubMed. Os resultados e discussões abordaram diversas questões, incluindo a evolução do papel das mulheres na sociedade brasileira, as regulamentações e desafios para as mulheres no trabalho ao longo da história e os avanços nas conquistas por direitos de igualdade. O estudo também explorou a entrada gradual das mulheres em contextos militares profissionais no Brasil e os desafios específicos que enfrentam, como o assédio sexual. Além disso, discutiu-se o dilema da maternidade para as mulheres que ocupam esses contextos, destacando a

¹ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Mário Pontes Jucá.

² Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Mário Pontes Jucá.

³ Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas (2006), Mestrado em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Química e Biotecnologia da Universidade Federal de Alagoas (2014).

pressão para equilibrar a carreira militar com a responsabilidade de ser mãe. Conclui-se que a saúde mental das mulheres que ocupam contextos militares profissionalmente é uma preocupação significativa devido aos desafios únicos que enfrentam. Atender às necessidades de saúde mental das mulheres que ocupam esses contextos não apenas beneficia seu bem-estar individual, mas também contribui para um ambiente de trabalho mais saudável e eficaz. Portanto, medidas como educação, conscientização e políticas públicas eficazes são cruciais para garantir o apoio necessário às mulheres que ocupam contextos militares profissionalmente.

Palavras-chave: Mulheres. Militares. Saúde mental.

Abstract

This study examines the mental health of women who professionally occupy military contexts. With the increasing representation of women in these contexts, it is crucial to understand how the military experience can affect women's mental health differently from men. The main objective of this work is to provide a comprehensive understanding of the challenges related to the mental health of women who professionally occupy military contexts, highlighting the need for gender-centered approaches and specific psychological support programs for these women. The methodology involved a literature review, with access to a variety of sources, including books, academic articles, and other publications related to motherhood, women in military contexts, and gender issues. Relevant keywords were used, and the research was conducted in academic databases such as Scielo, Google Scholar, and PubMed. The results and discussions addressed various issues, including the evolution of women's roles in Brazilian society, regulations, and challenges for women in the workplace throughout history, and advances in achievements for gender equality. The study also explored the gradual entry of women into professional military contexts in Brazil and the specific challenges they face, such as sexual harassment. Furthermore, it discussed the dilemma of motherhood for women who occupy these contexts, highlighting the pressure to balance a military career with the responsibility of being a mother. It is concluded that the mental health of women who professionally occupy military contexts is a significant concern due to the unique challenges they face. Meeting the mental health needs of women in these contexts not only benefits their individual well-being but also contributes to a healthier and more effective work environment. Therefore, measures such as education, awareness, and effective public policies are crucial to ensure the necessary support for women who professionally occupy military contexts.

Keywords: Women. Military. Mental health.

Introdução

O estresse ocupacional é uma realidade inegável para todos os militares, mas para as mulheres que servem para esses serviços militares, há desafios adicionais que podem impactar consideravelmente sua saúde mental. Uma das principais questões é a pressão para se adaptar a um ambiente predominantemente masculino. A evidência sugere que a prevalência de transtornos mentais, como ansiedade e depressão, é maior entre as mulheres militares em comparação com seus colegas do sexo masculino (Andrada; Peres, 2012).

Embora existam serviços de saúde mental disponíveis para todos os membros das forças armadas, é crucial reconhecer que as necessidades específicas de gênero das mulheres frequentemente não recebem a devida atenção. A criação de programas

de suporte psicológico e terapia específicos para mulheres é uma medida fundamental para abordar as questões únicas que elas enfrentam. Essa abordagem centrada no gênero é essencial para garantir que as mulheres nas forças armadas recebam o apoio necessário para preservar sua saúde mental e continuar a desempenhar papéis fundamentais em suas unidades e missões (Andrada; Peres, 2012).

Este trabalho tem como objetivo principal proporcionar uma compreensão abrangente das complexidades e desafios relacionados à saúde mental das mulheres que servem em serviços militares. Com o aumento da representação feminina nas fileiras militares, torna-se imperativo analisar de que forma a experiência militar pode afetar de maneira distinta a saúde mental de homens e mulheres.

A experiência das mulheres nos serviços militares é permeada por uma série de desafios únicos que merecem atenção especial. O assédio sexual é uma preocupação prevalente, onde as mulheres enfrentam situações de discriminação e comportamentos inapropriados em um ambiente predominantemente masculino. Além disso, a maternidade pode representar uma complexidade adicional, com questões relacionadas à licença-maternidade, equilíbrio entre carreira e responsabilidades familiares, muitas vezes tornando-se fonte de estresse adicional.

O assédio, incluindo casos de estupro, é uma triste realidade que algumas mulheres militares enfrentam, gerando impactos profundos em sua saúde mental. Esses desafios, muitas vezes negligenciados, destacam a necessidade urgente de políticas e programas que abordem especificamente as questões de gênero, garantindo um ambiente militar mais seguro e saudável para todas as mulheres que servem com dedicação e coragem (Andrada; Peres, 2012).

2. Metodologia

A metodologia bibliográfica desempenha um papel fundamental na condução deste estudo sobre o dilema enfrentado pelas mulheres militares em relação à maternidade. Neste contexto, o método utilizado para coletar e analisar informações segue um conjunto de etapas estruturadas, que são cruciais para garantir a validade e a confiabilidade da pesquisa.

A seleção criteriosa dessas fontes é baseada na relevância direta para o tema de estudo, bem como na credibilidade e autoridade das fontes no contexto acadêmico. A pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio do acesso a uma ampla variedade de fontes, incluindo livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e outras publicações relacionadas à maternidade, mulheres militares e questões de gênero. A seleção criteriosa dessas fontes foi baseada na relevância direta para o tema de estudo, bem como na credibilidade e autoridade das fontes no contexto acadêmico.

Neste estudo, foram utilizadas diversas palavras-chave para conduzir a pesquisa, incluindo "maternidade", "mulheres militares", "dilema", "carreira" e "gênero". junto com o descritor booleano "AND". Essas palavras-chave foram selecionadas com o objetivo de abranger diferentes aspectos do dilema enfrentado pelas mulheres militares em relação ao trabalho, bem como isso reflete na sua saúde mental. A pesquisa bibliográfica foi realizada utilizando o banco de dados acadêmico como Scielo, Google Acadêmico e PubMed.

A pesquisa inicial resultou em 150 artigos encontrados, dos quais 7 foram incluídos no estudo devido à sua relevância e adequação, enquanto os outros 143 foram excluídos com base nos critérios de exclusão estabelecidos. Essa etapa é fundamental para garantir que os artigos selecionados sejam os mais pertinentes e adequados para a pesquisa em questão.

No início do processo de pesquisa, um total de 150 artigos relacionados ao tema da maternidade em mulheres militares foi identificado. No entanto, para refinar a seleção de artigos, foi realizada uma triagem em várias etapas.

Na primeira fase, os títulos dos 150 artigos foram examinados criteriosamente. Dessa análise, 75 artigos foram considerados relevantes com base em seus títulos informativos, o que os tornou candidatos para a próxima fase de seleção.

Na segunda fase, os 75 artigos selecionados na etapa anterior tiveram seus resumos lidos e avaliados em detalhes. Após essa análise mais aprofundada, 30 artigos demonstraram conter informações significativas relacionadas à maternidade em mulheres militares, justificando sua inclusão na etapa seguinte.

A terceira fase envolveu a leitura completa dos 30 artigos selecionados anteriormente. Após uma análise abrangente, ficou claro que apenas 7 desses artigos atendiam plenamente à pergunta central deste estudo, fornecendo informações substanciais e relevantes sobre o dilema enfrentado pelas mulheres militares no contexto da maternidade. Portanto, esses 7 artigos foram considerados os mais pertinentes e foram incluídos na revisão bibliográfica como fontes de pesquisa essenciais para o desenvolvimento do trabalho. Essa abordagem cuidadosa de seleção garantiu que somente os artigos mais relevantes e informativos fossem incorporados à pesquisa, contribuindo para a resposta eficaz à pergunta central do estudo sobre o dilema da maternidade entre as mulheres militares.

Todas as fontes utilizadas ao longo do estudo foram devidamente citadas, seguindo as normas de citação e referência acadêmica apropriadas. Isso assegurou a transparência e a rastreabilidade das informações utilizadas. Ao final do estudo, todas as referências bibliográficas completas foram listadas em uma seção dedicada.

3. A Evolução do Papel das Mulheres na Sociedade Brasileira

Como observado ao longo da história, o papel tradicional do homem incluía o direito e o dever de prover as necessidades do lar, enquanto as mulheres eram frequentemente confinadas à administração doméstica. Isso foi destacado pelas autoras Schlickmann e Pizarro (2013), que demonstraram que, em eras passadas, as mulheres não tinham permissão para trabalhar fora de casa para obter renda e tinham um papel limitado nas decisões sociais. Naquela época, a filosofia predominante considerava a inferioridade da razão das mulheres como incontestável, restringindo-as a cultivar sua inteligência apenas o suficiente para cumprir seus deveres naturais de obedecer aos maridos e cuidar dos filhos (Sina, 2005).

De acordo com Coutinho (2011), somente no início do século XX as mulheres brasileiras das camadas médias começaram a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes desempenhando funções de apoio, como secretárias, enquanto aguardavam ou se preparavam para o casamento. Algumas continuaram trabalhando mesmo depois de casadas, principalmente antes do nascimento dos filhos, para contribuir com a renda familiar. Gradualmente, apesar da persistente segregação na esfera pública, as mulheres foram conquistando posições cada vez mais elevadas nessas empresas. No entanto, a exclusão ainda persiste, muitas vezes de forma velada.

No contexto das normas brasileiras de proteção ao trabalho, as primeiras regulamentações datam da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, que impunha restrições às atividades extraordinárias, noturnas, insalubres e perigosas para as mulheres (Cohen, 2009).

A luta das mulheres por igualdade de direitos e condições de trabalho mais justas e equitativas é uma luta antiga, contando com a participação de figuras femininas importantes ao longo da história (Cohen, 2009).

As mulheres em contextos militares enfrentam desafios específicos relacionados à saúde mental, decorrentes das demandas únicas e das condições associadas ao serviço militar. A exposição a situações de combate e experiências traumáticas pode levar a transtornos de estresse pós-traumático (TEPT), afetando significativamente a saúde mental dessas mulheres (Tonani, 2011). Além disso, o assédio e a agressão sexual são preocupações sérias nas forças armadas femininas, podendo resultar em problemas como depressão, ansiedade e transtornos alimentares. O ambiente predominantemente masculino nas instituições militares também contribui para o estigma e discriminação de gênero, impactando a autoestima e a saúde mental das mulheres (Mariuzzo, 2017).

O equilíbrio entre trabalho e vida é um desafio adicional, com as demandas militares e a separação prolongada de entes queridos podendo gerar estresse e ansiedade. Além disso, a transição para a vida civil após o serviço militar pode ser difícil, envolvendo preocupações sobre emprego, reconhecimento de habilidades e ajuste às demandas civis (Goulart, 2011).

3.1 Avanços nas Conquistas por Direitos de Igualdade

Segundo Tonani (2011), além das lutas individuais de mulheres notáveis em todo o mundo, as mudanças nos formatos familiares também contribuíram para os avanços nas conquistas das mulheres em ocupações anteriormente dominadas por homens. À medida que os papéis tradicionais de gênero se expandiram, com as mulheres assumindo responsabilidades econômicas e sociais, elas começaram a ocupar posições anteriormente reservadas aos homens.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que proclamou a igualdade de direitos e liberdades para todos, independentemente de raça, cor e sexo, representou um marco significativo na luta pela emancipação feminina no século XX. As mulheres continuaram a lutar por igualdade de direitos, incluindo salários equiparados aos dos homens, independentemente do cargo que ocupassem (Rodrigues; Silva, 2015).

Schlickmann e Pizarro (2013) observam que a década de 70 testemunhou um aumento na presença feminina em cargos conceituados e políticos, marcando uma mudança significativa na participação das mulheres em áreas anteriormente dominadas por homens.

Com as transformações ocorridas ao longo do tempo, surgiram contradições nas condições das mulheres na atualidade, como a necessidade de desempenhar diversos papéis na sociedade simultaneamente. Essa multiplicidade de funções também contribuiu para a mudança na imagem das mulheres perante a população. Um dos aspectos dessa multiplicidade está relacionado à maternidade, que frequentemente é discutida quando se trata da presença de mulheres no ambiente militar (Gomes, 2012). Alguns pesquisadores argumentam que a maternidade é vista como inerente à mulher e que isso poderia afetar o desempenho feminino em suas profissões. Um exemplo disso é a restrição imposta anteriormente às mulheres grávidas de participar de provas de atividade física nas Forças Armadas (Segal, 2017).

As mudanças ao longo do tempo desempenharam um papel importante nas Forças Armadas, tanto em termos tecnológicos quanto sociais. A participação das mulheres foi abordada por diversos estudiosos, como Segal (2017) e Mariuzzo (2017). Gomes (2012) aponta três principais fatores que levaram à integração das mulheres nas Forças Armadas: a democracia, que exige maior igualdade de oportunidades; as mudanças na forma de fazer a guerra, incluindo avanços tecnológicos e

administrativos; e fatores psicossociais relacionados à percepção dos agentes sobre a função dos militares e o prestígio da profissão.

Em muitos países ocidentais, a presença de mulheres nas fileiras militares é cada vez mais comum, embora haja argumentos contra essa integração. Alguns acreditam que as mulheres devem ser protegidas de atividades militares consideradas de alto risco, enquanto outros acreditam que a presença feminina pode afetar negativamente o desempenho das missões devido ao desejo de protegê-las por parte dos militares masculinos. No Brasil, isso também gerou debates, como o caso de uma escola de cadetes do Exército em Campinas que, em 2017, passou a fiscalizar os relacionamentos afetivos entre alunos e alunas (Araújo, 2017).

Os obstáculos para a admissão de mulheres nas Forças Armadas estão relacionados aos papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres na sociedade, bem como a algumas características consideradas inerentes a cada gênero. Valores culturais desempenham um papel importante na explicação das restrições ou oportunidades para as mulheres em posições militares.

D'Araújo (2004) discute a integração das mulheres nas Forças Armadas do Brasil e em países membros da Otan e na América Latina, considerando isso como uma conquista democrática, mas também reconhecendo desafios institucionais.

Carvalho (1990) explorou as condições de vida das mulheres militares no Centro de Aplicações Táticas e Recompentamento de Equipagens/Base Naval (CATRE – Parnamirim/RN) e destacou como a instituição militar se apropria da representação simbólica do gênero feminino na sociedade, muitas vezes tratando as mulheres com paternalismo.

Assim, ao longo da história, as mulheres enfrentaram desafios significativos para conquistar igualdade de direitos e oportunidades em uma variedade de setores, incluindo o militar. Embora tenham enfrentado resistência e estereótipos de gênero, as conquistas das mulheres nas Forças Armadas e em outras áreas demonstram o progresso contínuo em direção a uma sociedade mais igualitária e justa.

3.2 A entrada das mulheres profissionalmente em contextos militares

A entrada das mulheres nas Forças Armadas do Brasil ocorreu de maneira gradual ao longo das décadas. Inicialmente, a Marinha do Brasil abriu espaço para as mulheres em 1980 com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), que atuava principalmente em atividades em terra (Schlickmann; Pizarro, 2013).

Em relação à Força Aérea Brasileira (FAB), as primeiras oportunidades para as mulheres surgiram na década de 1990. Inicialmente, as mulheres eram designadas para atividades técnicas e administrativas consideradas "trabalho de mulheres". No entanto, posteriormente, houve uma revisão na legislação devido ao descontentamento de homens que realizavam as mesmas funções que as mulheres e recebiam o mesmo salário. A partir de então, as mulheres puderam ingressar na FAB em funções diversas (Fernandes et al., 2017; Gonçalves et al., 2020).

O Exército Brasileiro foi a última das Forças a permitir o ingresso de mulheres em suas fileiras. Em 1992, a primeira turma de mulheres foi admitida na Escola de Administração do Exército (EsAEx), que posteriormente passou a se chamar Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx). O Quadro Complementar de Oficiais (QCO), criado em 1989, admitiu mulheres em 1992 (Gonçalves et al., 2020).

Posteriormente, outras oportunidades de ingresso para mulheres nas Forças Armadas surgiram, incluindo a formação de mulheres cadetes na Academia Militar da Força Aérea (AFA) em 1996, o ingresso de mulheres na Escola Naval em 2014 e na

Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) em 2017, com foco em intendência e material bélico (Fernandes et al., 2017).

Essas inserções pioneiras das mulheres nas Forças Armadas contribuíram para a construção de suas identidades no contexto militar, incorporando aspectos tradicionais e contemporâneos, e também demonstraram processos de mudanças nos contextos institucionais das Forças Armadas.

A entrada das mulheres nas Forças Armadas não apenas refletiu as mudanças tecnológicas e sociais, mas também desafiou valores culturais e institucionais arraigados na caserna, contribuindo para um processo de modernização das Forças Armadas brasileiras.

4. Um dos maiores desafios: O assédio

O assédio sexual enfrentado pelas mulheres, inclusive aquelas que servem em contextos militares, é uma manifestação preocupante da cultura de estupro que permeia a sociedade brasileira. Assim como no contexto civil, as mulheres militares não estão imunes a essa realidade, e existem fatores adicionais que podem tornar sua situação ainda mais complexa (Fernandes et al., 2017; Gonçalves et al., 2020).

A cultura de estupro no Brasil, como discutido anteriormente, está enraizada em elementos como o machismo, a objetificação da mulher e a perpetuação de mitos sobre a violência sexual (Fernandes et al., 2017). No ambiente militar, esses fatores podem ser exacerbados devido à presença de uma estrutura hierárquica e à predominância masculina nas fileiras. Isso pode criar um ambiente propício para o assédio sexual e a exploração das mulheres militares.

Muitas mulheres militares enfrentam pressões para se adaptar a um ambiente predominantemente masculino, o que pode incluir a tolerância ao assédio sexual como parte do preço a ser pago por sua integração nesses ambientes. Essa pressão para conformidade pode dificultar a denúncia de casos de assédio e contribuir para a impunidade dos agressores.

O assédio sexual nos ambientes de cunho militar pode variar desde comentários inadequados e avanços não solicitados até casos mais graves de abuso sexual. Essas situações criam um ambiente hostil e prejudicial para as mulheres militares, afetando negativamente sua saúde mental, bem-estar e desempenho profissional (Gonçalves et al., 2020).

A falta de punição adequada para os agressores também é uma preocupação dentro do contexto militar, como é evidenciado pela baixa taxa de denúncias e subnotificação dos casos. As vítimas podem temer retaliação ou a falta de apoio das instituições militares, o que torna mais difícil a busca por justiça (Gonçalves et al., 2020).

Para combater o assédio sexual e criar um ambiente mais seguro para as mulheres, é fundamental promover uma cultura de respeito, igualdade de gênero e tolerância zero para o assédio. Isso requer educação, conscientização e treinamento tanto para os militares quanto para os líderes militares. Além disso, é necessário estabelecer políticas públicas eficazes que garantam a responsabilização dos agressores e o apoio adequado às vítimas (Fernandes et al., 2017).

A cultura de estupro é um conceito complexo e multifacetado que permeia as relações sociais, influenciando a percepção e o tratamento de questões relacionadas à violência sexual. Segundo Brown (2016), esse termo refere-se a um conjunto de crenças, práticas e valores presentes na sociedade, os quais minimizam, justificam ou até mesmo incentivam a violência sexual contra mulheres e outros grupos vulneráveis.

Essa cultura é enraizada em diversos aspectos históricos e estruturais da sociedade. Hooks (2014) resalta que as relações de poder entre homens e mulheres têm sido historicamente desiguais, com a subjugação das mulheres em várias esferas da vida social, o que contribui para a perpetuação da cultura de estupro. Além disso, a cultura de estupro pode ser reforçada por meio da mídia e de práticas culturais, que muitas vezes culpabilizam as vítimas e minimizam a gravidade dos atos de violência sexual (SMITH, 2015).

De acordo com Araújo *et al.* (2018), a cultura de estupro está fortemente ligada a normas de gênero rígidas, que definem papéis e expectativas específicas para homens e mulheres. Nesse sentido, a objetivação do corpo da mulher e a hipersexualização são frequentemente usadas como justificativas para a violência sexual e a culpabilização das vítimas (MARTINS, 2019). A sexualização excessiva do corpo feminino é uma das formas pelas quais a cultura de estupro se manifesta. Essa objetivação reduz as mulheres a meros objetos sexuais, tirando-lhes a autonomia e o respeito que merecem como seres humanos.

Segundo Gavey (2005), a objetivação sexual cria um ambiente que permite a exploração e violência sexual, normalizando práticas prejudiciais e dificultando a construção de relações mais igualitárias. Outro aspecto relevante da cultura de estupro é a normalização das atitudes e comportamentos de agressores. Parte disso decorre de padrões culturais que minimizam a responsabilidade dos agressores e culpabilizam as vítimas (SMITH, 2015). Essa atitude reforça uma cultura de impunidade, que acaba perpetuando o ciclo de violência e silenciando as vozes das vítimas (SILVA, 2020).

O enfrentamento da cultura de estupro requer uma abordagem interseccional, que leve em conta as múltiplas dimensões de opressão e discriminação presentes na sociedade (LIMA, 2017). Essa desconstrução da cultura de estupro exige ações de prevenção e enfrentamento que atuem tanto na esfera individual como na coletiva. A educação é uma das ferramentas-chave para promover a mudança cultural necessária.

É preciso investir em programas educacionais que abordem questões de gênero, consentimento, respeito mútuo e igualdade desde as idades mais jovens (GARCIA, 2021).

A desconstrução da cultura de estupro e do assédio sexual no ambiente militar é um desafio significativo, mas é uma batalha crucial para criar um ambiente mais justo e seguro para as mulheres que servem à serviços militares e em toda a sociedade brasileira.

4.1 A maternidade

Rezende (2014) argumenta que a maternidade é um estado efêmero e breve que representa um exercício da maturidade do ser. Ele destaca que o levantamento do instinto materno é uma forma pertinente de explorar a imposição da identidade feminina.

No contexto das mulheres militares, esse dilema ganha contornos únicos. A contemporaneidade reflete uma realidade em que as mulheres têm a liberdade de assumir responsabilidades por suas próprias vidas, tanto como mãe quanto como profissional. Segal (2017) destaca que a maternidade, para as mulheres militares, está intrinsecamente ligada à articulação entre o desejo individual e o contexto histórico e social. Essa articulação não segue uma linearidade previsível, pois a história de cada mulher militar está vinculada às questões de gênero, ao modelo sócio-histórico e à individualidade de cada uma.

Santiago (2013) observa que, no âmbito militar, o adiamento da maternidade tornou-se uma realidade comum entre mulheres com carreiras promissoras, que investiram anos para consolidá-las. Existe uma coincidência notável entre os melhores anos para a construção da carreira militar e os melhores anos para ter filhos, tornando esses fatores cruciais na vida das mulheres militares.

As mulheres militares muitas vezes se veem pressionadas a assumir papéis específicos de acordo com as expectativas sociais e as demandas da carreira. Esse processo pode prejudicar a construção da identidade feminina, levando a conflitos internos e angústias. Como aponta Santiago (2013), esse bloqueio da "liberdade de ser" pode levar a uma série de desafios psicológicos, afetando o equilíbrio mental dessas mulheres.

Beltrame e Donelli (2012) destaca que as mulheres militares enfrentam decisões complexas, como encontrar o parceiro certo, investir na carreira militar, conquistar estabilidade financeira e afetiva, e manter a liberdade de escolha em um ambiente muitas vezes marcado por estereótipos de gênero. A militarização também pode impor limitações na separação de tarefas sociais, culturais, psicológicas e profissionais, o que torna o dilema da maternidade ainda mais desafiador.

Beltrame e Donelli (2012) argumentam que as mudanças associadas à maternidade demandam que as mulheres militares estabeleçam prioridades, compartilhando seu tempo entre a carreira militar e os cuidados familiares. A conciliação positiva desses dois papéis é essencial para trabalhar harmoniosamente todas as atribuições.

Soluções para conciliar a carreira militar e a maternidade são encontradas e mediadas pelas mulheres militares, tornando essa dualidade uma realidade possível. No entanto, essa transição pode ser conflituosa para mulheres modernas e independentes que decidem ser mães enquanto mantêm suas carreiras militares (Arreiras, 2006).

Geralmente, as mães militares planejam retornar ao serviço após o término da licença fornecida pelas forças armadas. No entanto, é comum que algumas delas enfrentem desafios, como a sobrecarga de tarefas domésticas e a pressão para conciliar os deveres militares com a maternidade (Segal, 2017).

Segal (2017) também aponta que, após o nascimento, algumas mães militares podem sentir-se isoladas e sobrecarregadas, o que pode levar a problemas emocionais, como a depressão, além de sentimentos de desvalorização, culpa e solidão.

No contexto das mulheres militares, a tentativa de conciliar a maternidade e a carreira militar tem despertado grande atenção no âmbito político e social. Constitucionalmente, existe o direito à licença-maternidade nos primeiros quatro meses de vida do bebê, promovendo o vínculo entre mãe e filho (Arreiras, 2006).

Assim, se percebe que, quando as mulheres militares têm clareza sobre suas prioridades e direitos, a pressão relacionada à maternidade pode ser aliviada, permitindo uma abordagem mais equilibrada e satisfatória para a vida profissional e pessoal.

5. Saúde mental das mulheres militares

A saúde mental das mulheres militares é uma preocupação crucial, considerando os desafios específicos que enfrentam, como discutido anteriormente. O dilema da maternidade e o assédio sexual são duas questões que podem ter um impacto significativo em sua saúde mental.

O dilema da maternidade, como apontado por Rezende (2014), envolve a necessidade de equilibrar as responsabilidades da maternidade com as demandas da carreira militar. Muitas mulheres militares enfrentam pressões para se adaptar a um ambiente predominantemente masculino, o que pode incluir a tolerância ao assédio sexual, como destacado por Gonçalves *et al.* (2020). Essa pressão constante pode levar a conflitos internos, ansiedade e estresse, como também observado por Santiago (2013).

O assédio sexual nas Forças Armadas, como discutido anteriormente, é uma realidade preocupante. A estrutura hierárquica e a predominância masculina nas fileiras, como ressaltado por Fernandes *et al.* (2017), criam um ambiente propício para o assédio sexual. As vítimas de assédio, como apontado por estudos de saúde mental (Fernandes *et al.*, 2017; Gonçalves *et al.*, 2020), podem experimentar traumas psicológicos e emocionais, como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e sentimentos de desamparo.

Para proteger a saúde mental das mulheres militares, é fundamental promover a conscientização, como sugerido por Silva *et al.* (2021), e oferecer educação sobre estratégias de enfrentamento e acesso a recursos de apoio, conforme proposto por vários autores. Além disso, a implementação de políticas de tolerância zero para o assédio sexual, juntamente com treinamento obrigatório para todos os militares e líderes militares, é fundamental (Fernandes *et al.*, 2017). Disponibilizar serviços de apoio psicológico, como aconselhamento e terapia, também é uma medida importante, conforme sugerido por autores como Silva *et al.* (2021).

Atender às necessidades de saúde mental das mulheres militares não apenas melhora seu bem-estar individual, mas também contribui para um ambiente militar mais saudável, equitativo e eficaz, como enfatizado por diversos autores ao longo desta discussão.

6. Conclusão

Através desta análise abrangente, podemos concluir que a saúde mental das mulheres que servem nas forças armadas é uma questão complexa e multifacetada. Essas mulheres enfrentam desafios únicos relacionados à pressão para se adaptarem a um ambiente predominantemente masculino, ao assédio sexual e ao dilema da maternidade.

Percebe-se que há pressão para se adaptar a um ambiente militar predominantemente masculino como um fator que pode afetar negativamente a saúde mental que ocupam posição profissional militar. Além disso, o assédio moral e sexual emerge como problemas graves que desproporcionalmente afetam as mulheres nesse contexto, contribuindo para altas taxas de transtornos.

A maternidade apresenta desafios particulares, incluindo o equilíbrio entre as demandas da carreira militar e as responsabilidades familiares. Essas mulheres enfrentam dilemas únicos, como a separação de seus filhos devido a implantações e a necessidade de retomar suas funções militares após licenças maternidade, o que pode ser uma fonte significativa de estresse emocional.

Portanto, é fundamental reconhecer as necessidades específicas das mulheres em contextos militares e criar programas de suporte psicológico e terapia específicos para mulheres, como sugerido ao longo deste estudo. Isso garantirá que essas mulheres valentes recebam o apoio necessário para preservar sua saúde mental e continuar a desempenhar papéis fundamentais em suas unidades e missões, contribuindo para um ambiente militar mais saudável e equitativo.

Referências

- ANDRADA, S. A. de; PERES, H. M. **Mulheres a Bordo: 30 Anos da Mulher Militar na Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Hmperes e Associados, 2012.
- ARAÚJO, C. J. S. Serviço Social e Políticas Públicas: Uma Análise Sobre a Violência Contra a Mulher. **Revista Temporalis**, v. 17, n. 34, p. 249-271, 2017.
- ARAÚJO, M. L. *et al.* Cultura de Estupro: Reflexões Sobre Suas Origens e Manifestações Sociais. **Revista de Estudos de Gênero**, v. 6, n. 2, p. 342-366, 2018.
- ARREIRAS, H. “**Família, Maternidade e Profissão Militar**”. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro: IFCH/UFRJ, vol. 5, p. 69-81, 2006.
- BELTRAME, G. R.; DONELLI, T. M. S. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, Canoas, n. 38-39, p. 206-217, dez. 2012
. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 set. 2023.
- BROWN, L. S. Rape Culture: A Cultural System that Accepts and Encourages Sexual Violence. **Journal of Feminist Studies in Religion**, v. 32, n. 2, p. 131-146, 2016.
- CARVALHO, S. **Casa – Caserna: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal, 1990.
- CASTRO, C. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- COHEN, M. **Como escalar montanhas de salto alto? Exercendo no poder feminino**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
- COUTINHO, M. L. R; COUTINHO, R. R. **Mulheres brasileiras em posições de liderança: novas perspectivas para antigos desafios**. Economia Global e Gestão v.16 n.1 Lisboa, abr. 2011.
- D'ARAUJO, M. C. **Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil**. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 439-459.
- FERNANDES, F. *et al.* Análise da violência contra a mulher em perspectiva de gênero e raça/cor: um estudo de homicídios em Vitória-ES. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, e48906, 2017.
- GARCIA, P. D. Transformative Justice and the Fight Against Rape Culture: A Feminist Perspective. **Feminist Review**, v. 128, n. 1, p. 88-105, 2021.
- GAVEY, N. **Just Sex? The Cultural Scaffolding of Rape**. **Routledge**, 2005.

GOMES, J. C. O corpo feminino no corpo de tropa: existe mulher militar? **Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ENABED**, 2012, p.1832.

GONÇALVES, C. *et al.* Estupro e a impunidade no Brasil: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, e186922441, 2020.

GOULART, A. H. **As Enfermeiras na FEB: As primeiras Mulheres no Exército Brasileiro**. EsSEX, 2010.

HOOKS, B. **Feminist Theory: From Margin to Center**. Routledge, 2014.

REZENDE, A. **Mulher, mãe e profissional: Uma breve discussão sobre o reflexo dessas escolhas no modo de ser mulher**. V.2. São Paulo, 2014.

LIMA, J. R. Interseccionalidade e Serviço Social: Desafios para Enfrentamento da Violência contra a Mulher. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 255-279, 2017.

MARIUZZO, P. Mulheres nas Forças Armadas desafiam o conceito de soldado. In: **Revista pré-Univesp**, São Paulo, Nº 61, Dez.2016/Jan.2017.

MARTINS, R. T. A Objetivação do Corpo Feminino e os Desafios no Combate à Cultura de Estupro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, e349908, 2019.

RODRIGUES, S. C. ; SILVA, GI. C. da. **A liderança feminina no mercado de trabalho**. Vol. 1. Revista digital de Administração Faciplac, 2015.

SANTIAGO, EVELYN B. **O ambiente de trabalho, as estratégias de defesas e suas implicações na construção da identidade do trabalhador**. Encontro Revista de Psicologia, São Paulo, 2013.

SCHLICKMANN, E.; PIZARRO, D. **A evolução da mulher no trabalho: uma abordagem sob a ótica da liderança**. Julho de 2013. Revista Borges. ISSN 2179-4308, VOL. 03, N. 01

SEGAL, M. W. **Women's Military Roles Cross-Nationally: Past, Present, and Future**. Gender and Society vol. 9, n.6, 2017, p. 757-775. DOI: <https://doi.org/10.1177/089124395009006008>.

SINA, A. **Mulher e trabalho: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO E A SOBRECARGA DA MULHER-MÃE NA PANDEMIA. **Revista Feminismos, [S. l.]**, v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, E. C. O Papel do Serviço Social na Prevenção e Enfrentamento da Cultura de Estupro. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 4, n. 1, p. 139-151, 2020.

SMITH, J. K. Blaming the Victim and the Culture of Rape. **Hypati**, v. 20, n. 3, p. 186-209, 2015

TONANI, A. V.. **Gestão Feminina - Um diferencial de liderança mito ou nova realidade**. Agosto de 2011. VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. ISSN 1984-9354.